



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIV — Nº 099

QUINTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1979

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 85, DE 1979-CN

da Comissão Mista do Congresso Nacional, sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 28, de 1979, que "dá nova redação ao § 2.º do art. 15 da Constituição Federal".

Relator: Senador Raimundo Parente

Alterando a redação do § 2.º do art. 15 da Carta em vigor, a Proposta de Emenda à Constituição sob exame, de autoria do ilustre Deputado Iram Saraiva, sustenta que o problema da remuneração dos Vereadores há que ter uma solução casuística, escolhida pela própria Câmara Municipal, no exercício da autonomia conferida a essa unidade federativa, desde que se trata de matéria de seu peculiaríssimo interesse.

O sistema atual consigna a regulamentação dos subsídios dos Vereadores por Lei Complementar, pelo que propõe o Autor a seguinte redação substitutiva ao disposto em vigor:

"A remuneração dos Vereadores será fixada pelas respectivas Câmaras Municipais para a legislatura seguinte, não podendo ultrapassar oitenta por cento dos subsídios atribuídos aos Deputados Estaduais."

Devolver-se-ia, assim, aos Legislativos municipais, o direito de fixar os subsídios da legislatura seguinte.

Lembra a justificação que a Constituição Federal deu, no particular, tratamento uniforme aos Deputados Estaduais, permitindo que as próprias Assembleias fixem seus subsídios, para a legislatura seguinte e não ultrapassando tal remuneração dois terços dos subsídios dos Deputados Federais. Não deferiu, todavia, às Câmaras Municipais tratamento idêntico, subordinando-as a "situações extremas e constrangedoras" como, por exemplo, em certos municípios, a de "perceberem os Vereadores remuneração aquém do salário mínimo regional e até — o que é mais vexatório — inferior a de servidores subalternos".

Não obstante a controvérsia jurídica em torno de poder ou não a Câmara de Vereadores ser considerada como Poder Legislativo, no sentido constitucional da expressão, não há negar que se trata do mais tradicional conselho deliberativo ao longo de toda a nossa história e tenho mesmo para mim que as Câmaras Municipais, muito mais que corporações administrativas, são órgãos eminentemente políticos de caráter legislativo predominante. E embora suas leis sejam abrangentes apenas de assuntos locais, suas normas são, substancialmente, tão operantes e impositivas como qualquer outra norma legislativa.

Por tais considerações que bem poderiam, se desnecessário não fosse, ser acrescidas de outras em torno do princípio constitucional da autonomia municipal, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 28, de 1979, de autoria do eminente Deputado Iram Saraiva.

De resto, no momento em que na própria área do Executivo, novo disciplinamento acaba de ser dado ao Fundo de Participação dos Municípios, com a eliminação dos critérios que cerceavam a livre aplicação pelos governos municipais, das quotas respectivas,

não vejo porque continuarem as edificações cercadas no direito que lhes cabe de decidir apenas por se, sob a fiscalização popular, os assuntos que são de sua exclusiva competência.

Somos, pois, pela aprovação da oportuna proposição.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1979. — Deputado Ralph Bissi, Presidente — Senador Raimundo Parente, Relator — Deputado Cavaleiro Melo — Senador Juracy Magalhães — Senador Jorge Kalume — Senador Affonso Camargo — Senador Alberto Silva — Senador Eválcio Vieira — Senador Mendes Canale — Deputado Raimundo Dinis — Senador Tancredo Neves, com ressalvas — Senador Lázaro Barbosa.

RELATÓRIO Nº 4, DE 1979-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, sobre o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1975 (nº 1.339-C, de 1968, na Casa de origem), que "disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências".

Relator: Deputado Nasser Almeida.

O Projeto de Lei da Câmara nº 1.339, de 1968 (nº 76/75, no Senado Federal), que disciplinou a profissão de Geógrafo, após uma penosa tramitação no Poder Legislativo, por tempo superior a onze anos, foi finalmente aprovado, através de Substitutivo, e, a 6 de junho do corrente ano, encaminhado à sanção do Senhor Presidente da República, consoante determinação contida no artigo 59 da Constituição Federal.

A 26 do mês de junho, o Senhor Presidente da República vetou, parcialmente, a referida proposição, encaminhando ao Senado Federal, a 28 do mesmo mês, a Mensagem nº 185, com as razões da sua decisão.

Cumpriu-se, pois, o rito constitucional, que estabelece:

"Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. Se a sanção for negada, quando estiver finda a sessão Legislativa, o Presidente da República publicará o veto." (§ 1º do artigo 59 da Constituição).

As razões aduzidas pelo Senhor Presidente da República são do seguinte teor:

"Excelentíssimo senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 59, § 1º, e 81, IV, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, pelas razões adiante enunciadas, o Projeto de Lei nº 1.339, de 1968 (nº 76/75, no Senado Federal), que "disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências".

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

Incide o veto sobre o item II do artigo 2º do Projeto.

O título de Engenharia Geógrafo já não é conferido pelo Ministério do Exército. O curso atualmente ministrado no Instituto Militar de Engenharia corresponde ao título de Engenheiro de Geodésia e Topografia.

Não diferem as atribuições dos antigos Engenheiros Geógrafos e as dos Engenheiros de Geodésia e Topografia, aliás idênticas às dos Engenheiros Cartógrafos, formados pelas demais escolas, cabendo concluir que se trata de diversas designações, mas uma só profissão, no âmbito da Engenharia, como deflui da definição relativa a esses profissionais constante de ato do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, como base na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

O enquadramento novo, como Geógrafo, daqueles Engenheiros importaria em dificuldades na delimitação das profissões, com prejuízo para o interesse público.

Essas, as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional. — "João B. de Figueiredo."

O dispositivo vetado é o que, entre outros que arrolam os que podem exercer a profissão de Geógrafo, enumera os seguintes:

"II — aos Engenheiros Geógrafo, formados pelo Ministério do Exército";

No Parecer nº 258, de 1978, da Comissão de Minas e Energia do Senado (fls. 058 a 077 do processado), já se havia ressaltado, aliás, a mesma motivação técnica de que se valeu o Senhor Presidente da República para apor o veto parcial ao Projeto.

Acreditamos que, com o Relatório exposto, os Senhores Congressistas estão habilitados a decidir sobre o Veto Parcial do Senhor Presidente da República, ora submetido à deliberação do Poder Legislativo, oferecendo-lhes os votos que, como sempre ocorre nesta Casa, se inspirarão no melhor interesse público.

Este, o nosso Relatório.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1979. — **Senador Nelson Carneiro**, Presidente. — **Deputado Nasser Almeida**, Relator. — **Senador Mendes Canale** — **Senador Raimundo Parente**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 172ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE AGOSTO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Observações sobre a reformulação da política salarial do Governo, com reajustes semestrais para os trabalhadores.

DEPUTADO FERNANDO COELHO — Implantação no País do voto distrital.

DEPUTADO JOÃO HERCULINO — A nova política salarial do Governo a ser implantada no País.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

— Referente a substituição de membro em Comissão Mista.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 19/79, que dá nova redação ao inciso I do § 2º e suprime o § 3º do artigo 152 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra na sua discussão os Srs. Juares Batista e Jayro Maltoni, ficando sua votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 173ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE AGOSTO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Noticiário veiculado em órgãos da Imprensa, referente a pesquisa realizada pelo IBOPE sobre a popularidade do Presidente João Baptista de Figueiredo.

DEPUTADO ATHIÉ COURY — 72º aniversário de fundação da Escola José Bonifácio, antiga Academia de Comércio de Santos.

DEPUTADA LYGIA LESSA BASTOS — Considerações sobre a proposta constante da Ordem do Dia, a propósito do comportamento do Plenário do Congresso Nacional em relação a propostas de emenda à Constituição que têm sido submetidas ao exame dos Srs. Parlamentares.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apoio de S. Exª à proposta constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO JOSÉ DE CASTRO COIMBRA — Apelo no sentido de que seja votada na presente sessão a matéria constante da pauta.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — O problema da criminalidade no Território de Rondônia.

DEPUTADO ANTÔNIO MORIMOTO — Nomeação do Sr. Delfim Netto para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA — Apelo feito ao Ministro do Interior, pelo Sr. Governador do Estado de Pernambuco, no sentido da inclusão de oito cidades daquele Estado no **POLO MÉDIO** — Programa de Investimentos Urbanos para as Cidades de Porte Médio.

DEPUTADO FRANCISCO ROSSI — 32º aniversário de fundação da Sociedade Recreativa Cobraseixos.

DEPUTADO MARCELO CERQUEIRA — Considerações sobre a implantação de uma política nacional de informática.

DEPUTADO HORÁCIO ORTIZ — Nova majoração dos preços da gasolina.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Manifestação favorável à proposta de emenda à Constituição constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO GILSON DE BARROS — Portaria assinada pelo Sr. Ministro das Minas e Energia e seu reflexo negativo para os garimpeiros de Poxoréu—MT.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1979, que altera o § 2º do artigo 102 da Constituição Federal, que dispõe sobre os proventos da inatividade. **Votação adiada**, em virtude de não ter sido alcançado o quorum constitucional para sua aprovação, tendo feito declaração de voto o Sr. Deputado Jayro Maltoni.

Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1979, que altera o § 1º do art. 102 da Constituição. **Votação adiada** por falta de quorum.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 172ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE AGOSTO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GABRIEL HERMES.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quércia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nêlio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Maranhão — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silva — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Hercúlio — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sívio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Glória Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jay-

ro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goias

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kifuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruct — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernetos de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebíades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloy Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 413 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (ARENA — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo deve estar discutindo, por este momento, na reunião do CDE, a proposta de reformulação da política salarial. Na verdade, a proposta do Governo é válida e já suaviza os pesados encargos derivados da inflação sobre o salário do trabalhador e deveria merecer os aplausos iniciais pela iniciativa, ao lado de algumas observações da nossa parte. Em primeiro lugar, a relacionada com o prazo escolhido, de revisão semestral. Nós nos batemos muito pela revisão trimestral, pelo menos até que os níveis de inflação descessem a patamares mais baixos. Seria o mecanismo de se proteger, de se resguardar, de maneira mais significativa, o poder de compra do assalariado; pelo menos ganharia um pouco de tempo na tentativa ampla dos empresários de se apropriarem cada vez mais de fatias maiores de parcelas de renda dos próprios assalariados. Na proposta, uma coisa que deixamos de compreender: o porquê de o Governo excluir dessa nova forma de reajuste salarial os funcionários públicos civis e militares. Na verdade, se examinarmos bem o que ocorreu com essas duas categorias, vamos verificar que elas, talvez muito mais do que os próprios detentores dos salários mínimos, tiveram deterioração muito mais profunda nos seus salários. Além disso, é bem característico o fato de que, no período de aposentadoria, são as categorias que mais sofrem com a perda significativa do poder de compra. Não sei se o Governo, com isto, pretende uma nova fórmula específica para os funcionários públicos civis e militares que talvez venha a beneficiá-los, ou a resguardá-los dessa perda ocorrida no passado ou se simplesmente houve omissão no caso. A alegação de que os Estados estariam com dificuldades enormes para fazer face a essas despesas pode ser colocada de lado. Basta que se diga que o problema de gastos do Governo numa situação como esta não é de disponibilidade de recursos. O que pode haver é uma definição de prioridades inadequada. Recursos existem, e, no caso dos Estados, poderiam ser devidamente caracterizados na proporção em que uma reformulação tributária lhes garantisse os necessários recursos, possibilitando a sobrevivência das máquinas administrativas.

Outro aspecto relacionado com o critério adotado para os que percebem de 1 a 5 salários mínimos, uma fórmula justa, o reajuste será 10% acima dos índices inflacionários; de 5 a 15 salários ficará simplesmente em termos da atualização salarial; e acima de 15 — isso levará à redução — a atualização salarial será feita 10% abaixo do custo de vida. Na verdade, esse procedimento provocará uma melhoria de situação para quem ganha de um a cinco salários mínimos. Todavia, isso não representa, de forma consciente, ganhos significativos, porque há que se considerar, primeiro, a natureza dos índices de custo de vida, que não se baseiam realmente naquilo que compõe a cesta básica de alimentos de primeira necessidade das populações. Além disso, esses índices são, de modo geral, subestimados, não por desonestidade, mas pela sua própria formulação e concepção. O que vai ocorrer é que os 10% correspondendo provavelmente a uma subestimação salarial, não representarão agregação maior na renda real, naquela proporção em que se deveria incorporar pelo aumento da produtividade. Na verdade, a proposta, embora suavize a situação diante do que ocorreu no passado, não vem agregar muito daquilo que esperávamos. E ontem, conversando com algumas pessoas ligadas ao assunto, foi-me sugerida uma proposta fundamental em termos de salários: Como existe hoje, no Brasil, uma moeda básica que se chama UPC, talvez fosse interessante que o salário fosse fixado em termos de UPC. Então, o assalariado ganharia 3 ou 5 UPCs semanais e dessa forma teríamos resguardado o seu poder de compra. Inclusive não haveria grande implicação administrativa para os empresários, porque toda a sua estrutura de custo poderia ser montada até em termos de UPCs.

De qualquer forma, parabeno o Governo pela iniciativa, embora preferisse que a reformulação tivesse sido feita em termos trimestrais e fosse mais prática no que diz respeito aos índices de reajustes. Espero que sejam montados de imediato índices de reajustes à base do índice do custo de vida, que representa, em níveis de gastos, efetivamente aquilo que a população consome. Só assim tais índices representarão efetivamente a atualização dos salários das populações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Com a palavra o nobre Deputado Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a implantação do voto distrital é um novo golpe que se intenta contra a oposição, representando — nos termos em que está sendo projetada nos laboratórios oficiais — mais uma manobra casuística do Governo para preservar, com aparência democrática, segundo o modelo da Comissão Trilateral, a estrutura de poder imposta à Nação em 1964.

Os dois Brasis a que se referia Jacques Lambert vêm revelando comportamentos eleitorais definidos e contraditórios, sendo perfeitamente identificável a tendência oposicionista do país desenvolvido — que deu a maioria ao MDB em 1974 e 1978. Uma projeção dos resultados dessas eleições — a continuar o progressivo crescimento do eleitorado urbano e o esvaziamento demográfico do campo, acentuado com a opção oficial pela política de modernização da agricultura em prejuízo da reforma agrária — faz prever a vitória da Oposição nas próximas eleições, tanto para o Congresso como para os mais importantes Governos estaduais.

Diante desse quadro e sem dispor de força suficiente para conter as pressões pela abertura política — sobretudo em decorrência da crise econômica — o Governo continua a buscar fórmulas de sobrevivência que lhe permitam continuar ganhando eleições mesmo sem apoio popular, mantendo intocado o modelo de concentração da propriedade e da renda e de dependência ao capital estrangeiro.

As reformas outorgadas pelo "pacote" de abril asseguraram a maioria da ARENA em 1978, mas não oferecem margem de segurança ao regime para o pleito de 1980, nem para as eleições gerais de 1982 — cujos resultados vão influir decisivamente sobre os dois últimos anos do Governo Figueiredo e sobre a sucessão presidencial. Daí as reformas políticas planejadas nos laboratórios oficiais e que vão desde o adiamento das eleições municipais e a reformulação do quadro partidário — com a eliminação do bipartidarismo e da polarização entre Governo e Oposição a que ele dá lugar até à substituição do sistema proporcional pelo do voto distrital.

Na mesma linha da alteração do critério de composição quantitativa das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados — que nivelou o voto de cem metalúrgicos de São Paulo ao demorador de fazenda no extremo Norte — o sistema distrital visa a reduzir ainda mais o peso do eleitorado urbano e dos setores mais dinâmicos da sociedade, para fortalecer, em contrapartida, a influência das oligarquias rurais e do voto de cabresto dos currais do interior, que elas ainda manipulam em favor dos candidatos oficiais. Compartimentalizando o eleitorado em um espaço físico reduzido, mais sujeito a controle e facilitando a valorização diferente do voto, o sistema distrital surge, então, como uma saída para inverter a influência dos segmentos mais progressistas da sociedade e neutralizar as pressões que esses mesmos setores vêm exercendo em favor da mudança das atuais estruturas econômicas e sociais.

Alguns argumentos invocados na defesa do voto distrital — sua adoção em outros países de tradição democrática e, entre nós, como fator de estabilidade, na Monarquia e na República Velha — pecam pelo mesmo erro. A realidade daqueles países, da mesma forma que a nossa até 1930, não pode ser comparada com a do Brasil de hoje, nos seus grandes contrastes e desigualdades. As distorções do processo eleitoral na Monarquia e na República Velha são também conhecidos e contra elas é que foram levantadas algumas das principais bandeiras da Revolução de 1930. A adoção do sistema viria, também, impedir a representação das minorias a nível local, mas com expressão no conjunto da circunscrição estadual. A soma de votos em diferentes municípios é que lhes assegura a representação, desde que, isoladamente, em cada distrito, seriam facilmente esmagadas. A própria definição dos distritos, seguindo critérios ditados pelos interesses dos grupos dominantes, serviria ainda mais a esse esmagamento.

O argumento de que o sistema distrital reduziria a influência do poder econômico nas eleições é também falso. Não pode invocá-lo, com sinceridade, um regime que se apóia nos grandes grupos econômicos e que serve aos interesses desses grandes grupos. Não pode invocá-lo, com sinceridade, o regime que editou a Lei Falcão, exatamente para favorecer essa influência. Nas cidades, ademais, a inovação não modificaria o quadro atual e no interior apenas concorreria para ampliar a força das oligarquias rurais — que se dilui exatamente na medida em que o confronto eleitoral ultrapassa as fronteiras de sua dominação.

Para reduzir a influência do poder econômico nas eleições as providências são outras, a começar pela revogação da Lei Falcão e do cumprimento efetivo da Lei Eteivino Lins, ainda hoje condenada à letra morta, pela pobreza dos recursos — apenas simbólicos — postos à disposição da Justiça Eleitoral.

Compartimentalizando as eleições em distritos, o sistema do voto distrital viria, na verdade, compartimentalizar igualmente o debate político, deslocando para problemas meramente locais o centro das discussões nas campanhas eleitorais. Em consequência, a representação popular tenderia a refletir a mesma linha de preocupações, reduzindo-se o Congresso a uma grande Câmara de Vereadores e isolando-se o Executivo como único poder realmente nacional.

No estágio em que vive o País, reimplantar o voto distrital e regredir a antes da Revolução de 1930 e tentar estratificar o processo político — cujo avanço dependerá sobretudo da maior participação que se assegure aos setores mais dinâmicos e progressistas da sociedade e à possibilidade de sua atuação a nível de classes e de grupos sociais, com reivindicações próprias e interesses comuns, não restritos à problemática meramente local. A influência maior desses seguimentos sociais é que poderá modificar o modelo atual de desenvolvimento, que beneficia apenas uma minoria privilegiada. O propósito do Governo é neutralizar essa influência, para preservar a atual estrutura de poder. Com isso não pode concordar a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Tem a palavra o nobre Deputado João Hercúlio.

O SR. JOÃO HERCULINO (MDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no conturbado momento social que vive a Nação brasileira, temos um quadro que sobressai em relação aos demais: é exatamente a situação dos mineiros da mina de Morro Velho, em Nova Lima, Minas Gerais.

Pasmem os Srs. Congressistas: os trabalhadores braçais, que trabalham a 2.810 metros de profundidade naquela mina, respirando permanentemente o pó da pedra que é perfurada pelos marteletes elétricos, que saem dali, inevitavelmente, silicóticos, ou seja, atacados de silicose, ganham, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Cr\$ 3.552,51. Enquanto uma empregada doméstica, uma cozinheira ganha, além da comida e da cama, Cr\$ 3.000,00, este infeliz trabalhador ganha Cr\$ 3.552,51.

Pois bem, declararam-se em greve. O Tribunal Regional do Trabalho considerou a greve ilegal, e eles, numa atitude realmente amadurecida, atenderam à decisão do colendo Tribunal e voltaram hoje ao trabalho nas profundas minas de Morro Velho. E, mais do que isso, Sr. Presidente, esses infelizes trabalhadores terminaram a greve, e o fizeram numa demonstração de confiança, dando um voto de confiança em S. Ex.^a o Ministro do Trabalho — este extraordinário homem público que se chama Murilo Macedo — a quem enviarão hoje um memorial. E a confiança de Minas Gerais, e a confiança cívica e trabalhista do nosso País é no sentido de que S. Ex.^a o Sr. Ministro do Trabalho, filho de ferroviário, homem que começou a vida comigo, vendendo doce de porta em porta nas ruas de Sete Lagoas, homem de origem humilde, volte sua atenção para os infelizes trabalhadores de Morro Velho.

Fui Delegado do IAPI em Minas Gerais, Instituto que tinha como responsabilidade zelar também pela Previdência Social dos mineiros de Morro Velho. Posso atestar a situação de angústia em que, desde aquela época, há 20 anos, viviam e continuam vivendo os trabalhadores das minas de Morro Velho.

O Deputado Sérgio Ferrara, que acaba de chegar de Morro Velho, acompanhou, *pari passu*, todos os movimentos das assembléias dos grevistas e sabe perfeitamente da angustiada situação daqueles homens.

No momento em que o CDE está reunido para, além de aumentar o preço da gasolina, observar — dizem — a questão da nova política salarial, pedimos a Deus que ilumine os homens do Governo brasileiro para que estabeleçam um sistema mais humano e mais digno de salário para os trabalhadores do nosso País. Ninguém quer greve, ninguém quer agitação dos trabalhadores, mas todos nós temos de reconhecer que, infelizmente, neste instante, mais do que nunca, os trabalhadores têm de defender o pão de cada dia dos seus filhos, porque a fome e a miséria rondam os seus lares.

Ontem, realizamos aqui sessão solene para homenagear a memória de Getúlio Vargas, no aniversário de sua morte, e eu me referia à sua Carta-Testamento, o mais atual documento dos dias de hoje no nosso País. A Carta-Testamento de Getúlio Vargas é mais atual — dizia eu ontem — do que um artigo publicado na revista *Visão* há três ou quatro meses, tal a visão de estadista do Presidente Vargas; expressa derradeiramente naquela Carta-Testamento. E nela o Presidente Getúlio Vargas dizia, dirigindo-se aos trabalhadores, mais ou menos o seguinte: quando sentirem a fome e a miséria rondando os seus lares, eu estarei ao seu lado, eu estarei junto do trabalhador brasileiro.

Que Deus inspire os homens do Governo, para que haja mais justiça social, para que haja mais progresso e mais desenvolvimento em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não há mais oradores inscritos para o período de braves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, de 1979, que altera o § 2º do artigo 102 da Constituição Federal, que dispõe sobre os proventos da inatividade; e 17, de 1979, que altera a redação do parágrafo 1º do artigo 102 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — A Presidência comunica ao Plenário que determinou a substituição do Sr. Senador Helvídio Nunes pelo Sr. Senador Raimundo Parente na Comissão Mista incumbida de relatar o veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1975, que disciplina a profissão de geógrafo, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição, nº 19, de 1979, que dá nova redação ao inciso I do § 2º e suprime o § 3º do artigo 152 da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 68, de 1979-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão a proposta, em primeiro turno.

Tem a palavra o nobre Deputado Juarez Batista.

O SR. JUAREZ BATISTA (MDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a proposta de Emenda à Constituição nº 19 procura consertar, em primeira tentativa, o que consideramos uma ameaça constante contra mandatos parlamentares.

O ex-Presidente General Ernesto Geisel, ao encaminhar ao Congresso proposta de Emenda à Constituição visando à facilidade de criação de novos partidos políticos, talvez ainda com o pensamento voltado para os atos de exceção e sem conhecimento real do que é Parlamento e democracia, interpôs um entrave aos parlamentares que quisessem tomar aquela iniciativa.

No item III procuramos revogar a citada ameaça:

“Não terá direito a representação o partido que obtiver votações inferiores aos percentuais fixados no item II do parágrafo anterior, hipótese em que serão consideradas nulas.”

O item II tem a seguinte redação:

“Apoio, expresso em votos, de 5% (cinco por cento) do eleitorado, que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuído, pelo menos, por nove Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles.”

Srs. Congressistas, essa exigência, se não for revogada, constituirá ameaça ao encaminhamento da abertura político-partidária do Brasil. Há no Congresso Nacional atualmente um clima de abertura democrática, mas necessitamos principalmente de abertura partidária. E será lamentável que, por esquecimento ou por falta de oportunidade, venhamos a revogar mandatos eletivos consagrados pela vontade popular, como aconteceu no período de arbitrio, de exceção, que a Nação viveu durante 15 anos, principalmente no Governo do General Geisel. Pode parecer, às vezes, insignificante a exigência, mas é perigosa. Poderá o novo partido brasileiro, fundado por 42 Deputados e 7 Senadores, na sua primeira eleição, conseguir às vezes votação maciça em alguns Estados da Federação, e chegar mesmo a ter uma representação das maiores no Congresso Nacional, mas pode acontecer que tal partido não consiga votação expressiva, ou mesmo a votação mínima de 3% (três por cento) em 9 Estados da Federação, hipótese em que os Parlamentares eleitos ficarão sem o seu mandato, a representação do partido será anulada e o arbitrio, quando já estivermos vivendo o período de abertura e de realização partidária, voltará a atingir mandatos por esse simples dispositivo constitucional proposto pelo Presidente Geisel.

Hoje estamos aqui discutindo esta Emenda.

O Congresso Nacional deve de agora em diante encaminhar a abertura democrática e partidária. A legislação anterior tornava impossível a criação de novos partidos. O PDR, idealizado pelo Líder Pedro Aleixo, sofreu as agruras do regime de exceção. S. Ex.^a deveria ser empossado Presidente da República, quando aconteceu o golpe de 1968. Mas a sua luta de mais de 10 anos, mesmo depois do seu falecimento, continua através de seus companheiros e de seu filho Maurício Aleixo, embora êxito algum tenham conseguido. Quando nos preparamos para a volta de líderes exilados como Brizzola, Arraes e outros, o quadro partidário brasileiro tem que ser acrescido. Temos de

voitar nossos olhos para a realidade do amanhã, na procura da criação de novas legendas partidárias.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUAREZ BATISTA — É com muita alegria que concedo o aparte ao nobre Líder.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Deputado Juarez Batista, a Liderança do MDB empalma com o maior entusiasmo a Emenda de V. Ex^a que suprime as restrições abusivas inseridas na Constituição quanto à constituição de novas legendas partidárias. Entendemos, nobre Deputado, que a opinião política deste País, diversificada, variegada, como deve ser, não pode ser enquadrada, não pode ser constrangida, não pode ser submetida à camisa de força do bipartidarismo. Mas não nos cingimos, nobre Deputado, apenas à tese que se encontra inscrita no programa do partido. Partimos para medidas práticas de longo alcance, como está na lavra de V. Ex^a. A matéria traz à baila o problema, gravíssimo, importantíssimo para a nacionalidade, da reformulação partidária, que hoje absorve quase toda as discussões no cenário político do País. Fica bem claro, nobre Deputado, que o MDB defende intransigentemente o pluripartidarismo, só que isso nada tem a ver com a extinção dessa legenda, que conseguiu se legitimar ao longo de todos esses anos de arbítrio graças à nitidez de sua mensagem, graças à justeza da sua linguagem, graças à aptidão de estar sempre, permanentemente, colocado ao lado dos interesses nacionais. Muito diferente de outra legenda que minguava inexoravelmente pelo simples fato de ter defendido sempre, sistematicamente, posições de arbítrio e de ter-se colocado muitas vezes contra o ânimo interno dos seus militantes em favor do interesse de grupos alienígenas. O MDB, nobre Deputado Juarez Batista, é um partido que aprendeu a caminhar no escuro e que muito mais perspectivas terá quando as luzes se acenderem definitivamente sobre este País. Mas aí está a prova que evidentemente calará aqueles que procuram nos apodrar de intransigentes, de que estamos criando obstáculos, dificuldades, transtornos à efetivação do pluripartidarismo neste País. Meus parabéns, Deputado.

O SR. JUAREZ BATISTA — Nobre Deputado Marcondes Gadelha, o aparte de V. Ex^a veio trazer muitas luzes a este modesto trabalho que realizo sobre a eliminação desse ato de arbítrio e também sobre a realidade do quadro partidário brasileiro. A necessidade de criação de novos partidos no Brasil se faz sentir, hoje, mais nas bases do que no próprio Congresso Nacional. Se nós, do Movimento Democrático Brasileiro, defendíamos a tese dos pluripartidarismo, jamais poderíamos defender a tese da extinção do Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional. Mas o bipartidarismo, nascido de um ato de força e sem a participação de políticos e do povo, está-se exaurindo, principalmente nos Municípios, onde a famigerada sublegenda tem conseguido a divisão de companheiros e levado a destruição daqueles outros que poderiam constituir bases sólidas para o amanhã político de nossa Nação. E nós sentimos, que cada Município brasileiro aguarda a definição da política nacional. Já não é mais possível a manutenção do atual quadro, porque o bipartidarismo favorece apenas aqueles que querem manter um regime de força, aqueles grupos que pretendem perpetuar-se no poder, como se fosse um direito apenas a mudança de um nome, mas não a de idéias.

Acredito particularmente na valorização do homem político brasileiro, com a criação de novos partidos. As lideranças já se movimentam. Sentimos que no nosso Estado, Minas Gerais, jamais deixou de existir o PSD, a UDN, o PR e o PTB; que não é mais possível deixar sob a mesma legenda lideranças como a de Magalhães Pinto, de Aureliano Chaves, de Murilo Badaró, de Bias Fortes, de Pio Canedo de outros que surgem no partido do Governo, a ARENA. Como sentimos no próprio MDB, as tendências trabalhistas, as tendências pessedistas, perristas e udenistas e também as jovens lideranças que hoje nele surgem, como a liderança de Sílvio de Abreu Jr., na Zona da Mata, a liderança de Carlos Cotta, no Vale do Aço, a liderança de Newton Cardoso, na grande Belo Horizonte, as lideranças antigas do meu partido como Tancredo Neves, Renato Azeredo e Jorge Ferraz. Minas é um exemplo. Sentimos que praticamente todos os Estados da Federação aguardam a abertura partidária.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para chegarmos a abertura partidária é necessário eliminarmos um erro contido na Constituição. Não é possível que o Congresso Nacional vá deixar esta ameaça constante sobre a cabeça dos futuros congressistas brasileiros. Na primeira eleição que houver, não conseguindo atender a essa exigência descabida, porque política se faz somando, esse dispositivo incluído em nossa Constituição pelo Presidente Geisel poderá toíher a carreira daqueles que irão às ruas como candidatos a Deputado Federal, a Senador, a Deputado Estadual, numa campanha de civis-

mo, numa eleição que esperamos livre, com a participação do povo, sem Lei Falcão, onde o político seja ouvido, transmita a sua mensagem e receba a responsabilidade de um compromisso com o povo. Não podemos deixar que, amanhã, homens escolhidos pelo povo para representá-lo na Câmara, no Senado, nas Assembléias Legislativas percam seus mandatos, que os partidos a que estejam filiados sejam extintos por causa de um ato errado do ex-Presidente Geisel.

Eram estas as minhas palavras, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jayro Maltoni.

O SR. JAYRO MALTONI (MDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desnecessário discutir desta tribuna a emenda apresentada pelo nobre Deputado Juarez Batista. Todavia, após ouvir as brilhantes palavras do autor da proposição, decidimos apelar aos companheiros desta Casa, Deputados e Senadores, representantes do povo, objetivando a sua aprovação.

Diria eu, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que a emenda do nobre Deputado Juarez Batista é ainda muito abrangente, porque ela determina pelo menos 10 Deputados e 10 Senadores, enquanto o Partido do Governo preconiza 10% de Deputados e 10% de Senadores. O Partido do Governo, com 10%, consegue realmente os 7 membros necessários para a manutenção ou criação de um Partido. Mas, para os demais Partidos, 10% significam somente 5 Deputados, porque temos no Congresso Nacional, ou no Senado da República, 22 Senadores que não representam a opinião do eleitorado brasileiro. E estes, que foram indicados pelo Governo ou pelo Partido da Situação, jamais concorreriam para a formação de um Partido que contrariasse as decisões governamentais.

Portanto, para criar-se um partido há necessidade de que 14% dos Senadores o apóiem, porque dentre os 55 Senadores restantes é que sairão os sete membros exigidos pela emenda do nobre Deputado Juarez Batista.

Mas, analisemos a questão por outro prisma, para demonstrarmos a necessidade de mais partidos.

À época de Getúlio Vargas, de Eurico Gaspar Dutra e de Juscelino Kubitschek, que governaram este País com diversos partidos, o Brasil nunca esteve numa situação crítica como a atual. Os brasileiros nunca viveram o desespero em que vivem hoje, inclusive os próprios políticos, haja vista o que ocorreu na semana passada, quando esta Casa discutiu e votou o Projeto de Anistia: sentimos, durante a votação, que Deputados do Partido do Governo não tinham coragem de se manifestar abertamente; o voto deles era simbolizado por um simples aceno de mão.

Isto representa, Sr. Presidente, uma ditadura legislativa, porque o Partido Majoritário, com o bipartidarismo, é que decide de acordo com os altos interesses do Executivo.

O Legislativo, embora instituído com a finalidade de expressar os reclamos, as necessidades, as vicissitudes do povo brasileiro, não pode manifestar-se, a não ser na tribuna, porque durante as votações, o Líder da Maioria informa que o seu Partido votará contra ou a favor a proposição, de acordo com o interesse do Governo, que, aliás, também não recebeu o respaldo eleitoral da população brasileira, num desrespeito total a um princípio da própria Constituição Federal, que determina que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Só que, infelizmente, no Brasil e neste Congresso, embora os seus representantes tenham poderes emanados do povo, as suas decisões não são tomadas de acordo com as esperanças, com as expectativas e com as necessidades da população.

Sr. Presidente, quando da votação do projeto de anistia, Deputados brilhantes da ARENA, discordando da sua Liderança, votaram favoravelmente à Emenda que consideravam do maior interesse para o desenvolvimento político e social da nossa Pátria. Com a criação de mais partidos, embora o Governo seja majoritário nesta Casa, ofereceremos aos representantes das diversas agremiações políticas as condições necessárias para manifestarem o seu voto de acordo com o sentimento daqueles que os enviaram a esta Casa, na esperança de que realmente o povo brasileiro deixe de ser marginalizado e o Brasil um País endividado. Com Juscelino Kubitschek, como Getúlio Vargas, com Eurico Gaspar Dutra o Brasil não era um País tão endividado como hoje. Com Juscelino Kubitschek, com Eurico Gaspar Dutra e com Getúlio Vargas o povo brasileiro não era tão marginalizado como hoje. E com Jânio Quadros também, como diz o nobre Deputado, embora a partir do seu Governo é que o Brasil tenha passado a enfrentar as dificuldades com que hoje nos defrontamos. Mas a responsabilidade não é só de Jânio Quadros. A quase totalidade desses problemas debito eu à incompetência dos Governos nomeados que o sucederam. Precisamos, no Brasil, não de ditadura legislativa,

mas de uma democracia, em que o povo possa participar, em que o povo possa, através dos seus representantes, obter leis dignas, leis à altura do desenvolvimento da nossa Pátria não leis de acordo com os interesses das multinacionais, que dificultam e impedem o desenvolvimento, leis cuja aprovação o Governo determinou porque existem interesses que não aqueles da população brasileira.

Para encerrar, Sr. Presidente — porque já sentimos que não haverá possibilidade da votação desta matéria no dia de hoje — queremos cumprimentar o nobre Deputado Juarez Batista, bem assim a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, que se manifestou favorável à aprovação desta emenda, porque somos contra a extinção tanto do MDB como da ARENA, que implantou, sustentou e garantiu as dificuldades do Brasil e dos brasileiros de hoje. A ARENA deverá permanecer para assumir, no futuro, a responsabilidade dos seus atos, quando todos nós, brasileiros, haveremos de garantir à nossa Pátria e ao nosso povo a maior tranquilidade social e econômica

até hoje imaginada e que todos desejamos. Está aí o trabalhador da lavoura, que é marginalizado, esquecido, porque no Brasil existem desigualdades sociais; aqueles que plantam a riqueza, os que garantem a única atividade que tem condições de reduzir a nossa dívida externa, não ganham o 13º salário, não recebem o auxílio-doença, não têm o salário-família, neste Brasil que foi implantado após o bipartidarismo. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Continua em discursão a proposta. (Pausa.)

Não havendo mais oradores, declaro-a encerrada.

Assinalo que a proposta de emenda a Constituição exige "quorum" qualificado para a deliberação. Sendo evidente a falta de número, em plenário, a Presidência deixa de proceder à votação da matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 55 minutos)

ATA DA 173ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE AGOSTO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Maranhão — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Kaymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB;

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares —

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélito Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA;

MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hildérico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Pennado — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Ubaído Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penná — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chgas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edison Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sívio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves —

MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Gbisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequet — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fantón — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 413 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (MDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a História nos tem demonstrado — em especial a História do Brasil — que normalmente os períodos ditatoriais são marcados por uma tendência natural do Chefe do Poder de testar sistematicamente a sua popularidade junto à opinião pública nacional. Os países mais avançados e já livres do regime ditatorial costumam fazer este teste tão somente, aferindo o prestígio do governante até em reeleição para mais um período, através das urnas, pelo voto livre, secreto e direto, como foi o voto de V. Ex^a e o que nos conduziu a este Congresso. Desta forma, parece que o Sr. João Baptista de Figueiredo vai perdendo a austeridade que inicialmente empregava para se aproximar do povo brasileiro pelos meios naturais, e lança mão dos meios "sobrenaturais" — entre aspas — dessas tomadas de opinião pública por meio dos órgãos próprios para tal investida. Perguntamos, neste momento: por que o Chefe do Executivo, utilizando-se de um órgão contratado pelo próprio Governo, de forma indireta, deseja saber o que o povo pensa dele? Uma forma muito fácil e tranqüila de o Governo aferir a sua popularidade seria imediatamente mandar a esta Casa um projeto de lei que revogasse a instituição nefasta dos Senadores "biônicos" e restabelecesse as eleições diretas para os Governos estaduais. Desta forma, do Oiapoque a Chuí, o Sr. João Baptista de Figueiredo estaria credenciado a saber se o povo brasileiro o apóia, ou se o rejeita.

Deixamos essas palavras registradas, nesta sessão do Congresso Nacional, porque acreditamos fundamentalmente que este Congresso, nos próximos anos, vai desempenhar um papel preponderante no momento da queda da exceção neste País, no momento da queda do regime ditatorial, quando o País se reconciliar com a democracia. Então, uma série de democratas — "democratas", também entre aspas — irá ocupar a tribuna, sucessivamente, pedindo medidas que a opinião pública arrancou do Governo.

Sr. Presidente, o ato presidencial de permitir uma pesquisa de opinião manipulada, para saber se o Gen. João Baptista de Figueiredo goza de melhor ou pior conceito entre o povo brasileiro não o recomenda. O Sr. João Baptista de Figueiredo, que, segundo os noticiários dos jornais, tem ouvido até Deputados da Oposição, deveria ser informado por essas lideranças de seu partido e por esta tribuna de que este País não comporta mais atos próprios de um Estado Novo, Getúlio Vargas, naquela época, organizava em meu Estado, São Paulo, as famosas "cheias" do Estádio Municipal do Pacaembu, para que fosse saudado, no 1º de maio, por uma multidão conduzida.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, tenho muita fé nos destinos do País, porque sei que a queda da ditadura é iminente, não porque haverá brevemente qualquer rebelião armada, mas porque o Governo não suporta mais as pressões populares, que se exercem em todos os seus níveis. Assim, lanço, desta tribuna do Congresso, um apelo ao Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, nos termos mais respeitosos possíveis, para que S. Ex^a, neste final, neste estertor, nesta agonia do regime de exceção implantado em 1964, não permita que uma minoria de penduricalhos do poder, até então excluídos, homens dignos, inclusive da administração e do Congresso Nacional, manipulem informações desta natureza. O Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo pode saber que é realmente um homem muito simpático e muito aberto, mas o seu Governo vai muito mal, de acordo com a opinião pública deste País.

Era a colocação que desejava fazer, simplesmente para registrar meu protesto contra essa manipulação de dados sobre o prestígio governamental entre a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Sr. Deputado Athiê Coury.

O SR. ATHIÊ COURY (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, comemorou, este mês, setenta e dois anos de existência, a Escola José Bonifácio, fundada a 4 de agosto de 1907, com o nome de "Academia de Comércio de Santos", criada através da Lei Municipal nº 258, de 23 de abril daquele ano.

Hoje vinculada à Associação Instrutiva José Bonifácio, fundada a 31 de janeiro de 1917, aquela escola continua a prestar relevantes serviços à juventude santista, tendo inaugurado, este mês, novas dependências, constituídas por um novo prédio escolar, um laboratório e salas para a Biblioteca "Professor Alcides Luís Alves", além de uma Quadra de Esportes, a que emprestou o nosso modesto nome.

Desde logo, Sr. Presidente, registramos aqui o nosso agradecimento por esta homenagem, estendendo-o a toda a Diretoria da Associação, que tem como Diretor-Presidente o professor João Papa Sobrinho; Suplente Geral, o Professor Dr. Armando dos Santos Soares; Diretor-Secretário, o Professor Dr. Antônio dos Santos Soares; Diretor-Tesoureiro, o Professor José Riba-

mar de Carvalho e Presidente de Honra o Professor Dr. Nicanor Ortiz, decano da escola, que ali vem lecionando há 62 anos, desde 1917.

A escola José Bonifácio é pioneira do ensino profissionalizante no Brasil e de lá saiu o primeiro Contador brasileiro, Valentim Fernandes Bouças que, formado em 1909, chegou ao Ministério da Fazenda. Também naquela escola estudou a primeira mulher em curso noturno, sendo também a primeira a formar-se numa Escola de Comércio, a inesquecível Alice Arruda.

Hoje funcionam naquela escola os seguintes cursos: Educacional Infantil, com o Maternal, o Jardim e o Pré-Primário; 1º grau regular, da 1ª à 8ª séries; e os cursos técnicos de Contabilidade, Agrimensura, Patologia Clínica, Secretariado, Petroquímica, Mecânica, Saneamento, Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério e Supletivos de 1º e 2º graus.

A sua biblioteca é inscrita no Instituto Nacional do Livro, com obras raríssimas, e a escola é reconhecida de utilidade pública pelos Governos federal, estadual e municipal.

Ao congratular-nos pelo transcurso de setuagésimo segundo aniversário da Escola José Bonifácio, estendemos nossas homenagens ao povo santista, que tanto deve àquele estabelecimento mas nunca lhe faltou com o seu apoio e a sua veneração.

Era o que tínhamos a dizer. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra a nobre Deputada Lygia Lessa Bastos.

A SR^a LYGIA LESSA BASTOS (ARENA — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o nobre Deputado Del Bosco Amaral está muito preocupado com o resultado da pesquisa de opinião pública promovida pelo IBOPE, que demonstrou o prestígio do atual Presidente da República, General João Baptista Figueiredo. Ao ouvi-lo, decidi utilizar minha inscrição neste período de Breves Comunicações para alertar os Congressistas. Eu ficaria muito mais impressionada, Sr. Presidente, se houvesse uma pesquisa do IBOPE para saber se o Congresso Nacional está correspondendo à expectativa do seu eleitorado. Ontem, nesta Casa, a esta hora, iríamos votar uma Proposta de Emenda à Constituição que restituiria ao Poder Legislativo o seu prestígio. Não houve *quorum*, e o parecer era favorável. Hoje, a Proposta de Emenda Constitucional é de minha autoria e visa a corrigir uma grande injustiça que se pratica contra os funcionários inativos, porque os encarregados da interpretação do texto constitucional, funcionários do DASP e do Tribunal de Contas, não respeitam a intenção do legislador. Para tornar mais claro, preciso e conciso o texto constitucional, e evitar que, daqui por diante, continuem a cometer injustiças para com os inativos, redigi a Emenda nº 10, que recebeu parecer favorável. Mas como sei que sequer encaminharei a votação — aos 33 anos de mandato já posso usar turbante e bola de cristal e posso declarar, desta tribuna, que não haverá encaminhamento de votação, simplesmente porque V. Ex^a irá declarar falta de *quorum* — devo dizer que, no caso, a responsabilidade caberá exclusivamente aos Srs. Congressistas. Estes não poderão alegar, como antigamente, que, havendo parecer contrário, o Governo era contrário. Isto é, o Executivo era contrário. Agora, o parecer é favorável. Então, dependerá apenas da presença dos Srs. Congressistas, uma vez que votação de Proposta de Emenda à Constituição é feita nominalmente. Acredito que cada Congressista saiba disso. Daí estar muito preocupada com qualquer Ibope que se faça, ou com aquele que pretenda um dia ser ditador deste País e queira realmente provar que um Congresso, que teve a oportunidade de restabelecer o seu prestígio na noite de ontem e que hoje pode corrigir uma injustiça social, não está correspondendo à confiança do seu eleitorado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. NÉLSON CARNEIRO (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a nobre Deputada Lygia Lessa Bastos já disse do pesar com que assistimos à ausência de Deputados e Senadores nesta reunião do Congresso Nacional em que se deveria votar matéria da maior relevância e interesse para grande massa de brasileiros.

A aprovação da Emenda Lygia Lessa Bastos, que teve preferência sobre a minha, por motivos de antecedência, seria a recompensa, o reconhecimento do Estado aos seus dedicados servidores, que na aposentadoria recebem menos do que na atividade. Estou certo, Sr. Presidente, de que um dia o Parlamento abrirá os olhos para essa ausência sistemática de Parlamentares às votações, neste plenário. Melhor fora que idéias como esta fossem aceitas ou rejeitadas, mas que o Parlamento tivesse uma opinião, e não deixar que passe o tempo sem que se manifeste sobre matérias da maior relevância e do maior interesse para o povo brasileiro.

Quero, neste momento, Sr. Presidente, já que certamente não haverá número para a votação, deixar aqui expresso que, se esta votação se realizasse, eu daria meu voto, com muito prazer, à iniciativa da nobre Deputada Lygia Lessa Bastos, sem me sentir diminuído por ter sido preterida a minha emenda, pois a de S. Ex^a atende aos mesmos objetivos ditados por minha proposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Sr. Deputado José de Castro Coimbra.

O SR. JOSÉ DE CASTRO COIMBRA (MDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realmente as palavras do nobre Senador Nelson Carneiro e da ilustre Deputada Lygia Lessa Bastos expressam, de alguma forma, uma parcela da nossa decepção porque não passa um dia sem que nós, Parlamentares, ouçamos reclamamos a respeito da aposentadoria dos servidores públicos — e não só dos servidores, mas também dos previdenciários, que não são incluídos nesta emenda constitucional. A propósito, ainda no último domingo, S. Ex^a, o Ministro da Previdência Social, num programa de televisão, dizia que, de 900 mil aposentados pela Previdência Social, cerca de 700 mil recebem menos de um salário mínimo. A aposentadoria, hoje, é castigo, num País como o nosso, onde a força jovem de trabalho exige dos mais velhos que se aposentem. Mas temos uma resistência muito grande; ninguém deseja aposentar-se, porque todos estão convencidos de que, se não houver uma mudança radical, por parte do Governo, no sentido de proteger aqueles que se aposentam, os salários, os vencimentos ou os proventos da aposentadoria serão corroídos pela inflação e não repostos — o que seria corrigido por esta Casa, se votasse hoje esta Emenda Constitucional que visa a sanar uma injustiça para com aqueles que, depois de dedicarem uma parcela muito grande da sua vida ao Governo, se vêem, na velhice, sem condições de arcar com um padrão de vida decente. E a consequência lógica e natural dessa aposentadoria insuficiente é a busca, pelo aposentado, de um outro emprego. Daí frequentemente surge o subemprego, que não apenas toma lugar de um jovem, mas que também não satisfaz àquele que deveria estar gozando não as delícias de uma aposentadoria, mas pelo menos uma velhice e uma aposentadoria tranquilas. No entanto, ele precisa sair de casa e disputar, a duras penas, um subemprego, para que possa sobreviver.

Assim, acho que esta Casa deveria manifestar-se na noite de hoje a respeito dessa Emenda Constitucional subscrita simultaneamente pelo Senador Nelson Carneiro e pela Deputada Lygia Lessa Bastos, pois assim estaríamos dando prova de que temos uma preocupação com todos aqueles que durante uma parcela muito grande da sua vida se preocuparam em construir a grandeza deste País e que precisam, neste momento, de contar com a solidariedade deste Parlamento, a não ser que não estejamos preocupados com a imagem que o Congresso Nacional possa ter perante a opinião pública. Acredito que todos estão preocupados com essa imagem, com uma imagem de justiça no sentido de que possamos provar que aqui viemos não em busca de um emprego, mas em busca de um trabalho com o objetivo de nos tornarmos úteis para aqueles que nos confiaram um mandato em defesa dos seus interesses.

É o nosso apelo ao nobre Presidente que efetivamente coloque em votação esta Emenda, para que todos aqueles que tiveram a preocupação de estar aqui presentes não sejam coniventes com os que estão ausentes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Ministério da Justiça criou uma Comissão Especial para o estudo da criminalidade e da violência no País. Essa Comissão, segundo informações, funcionará no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

É oportuno que esse Grupo de Trabalho examine o problema da criminalidade no Território de Rondônia. Conforme denunciei nesta tribuna na sessão de 24 do corrente, crimes bárbaros ficam impunes. O caso de Ari Constante de Oliveira, em Vilhena, clama aos céus. A Justiça está ausente. Ao contrário, o ex-Secretário de Segurança do Território, José Mário, entrou em cena para advogar para os criminosos. Essa advocacia era feita também quando ele se achava na Secretaria de Segurança Pública.

As barbaridades que o conhecido Sargento Sampaio praticou em Cacoal deveriam ter o respaldo de José Mário. Inclusive vários assassinatos ali foram praticados com o apoio do policial. O exemplo mais patente foi o apoio da Polícia ao jaguncismo da gleba "Prosperidade".

Denunciei também o fuzilamento de Aristeu e Aledino Joaquim Lucindo, na região de Nova Vida, Município de Ariquemes. Como nos outros casos, os criminosos permanecem soltos.

Em julho último, a opinião pública de Jy Paraná foi abalada com o assassinato bárbaro de um posseiro na área de Muqui, por jagunços a soldo do Sr. José Milton Rios. As pessoas ligadas à vítima não encontraram apoio na Polícia de Jy Paraná e nem tampouco em Porto Velho. A Fazenda de Muqui permanece cheia de jagunços armados. Ali a Polícia não desarma ninguém. Essa Polícia, que a todo momento toma armas de caça dos posseiros e colonos, não se preocupa em desarmar os jagunços que vivem a serviço de conhecidos chefes na região. A Polícia é zelosa apenas para desarmar indefesos colonos; jagunços podem andar armados e matar gente, que nada acontece. O exemplo de Muqui é prova suficiente para essas denúncias.

O Vereador Noé Inácio dos Santos, na Câmara de Porto Velho, denunciou o bárbaro crime de Muqui:

"Por diversas vezes, desta tribuna, procuramos levar ao conhecimento das autoridades ocorrências graves que estariam se registrando em municípios da BR-364, principalmente em setores onde não existe segurança policial, como é o caso do Distrito de Presidente Médici.

Embora nossos apelos, nossa advertência, parece existir a pretensão de deixar aquele local sem a cobertura policial tão reclamada pela população.

Ali tem sido palco de crimes que até hoje estão clamando por justiça, pela brutalidade como foram praticados contra indefesos seres humanos.

Os latifundiários é que mandam: fazem a sua própria segurança. São donos de uma situação não mais aceita nos dias atuais. Jagunços fortemente armados vivem a ameaçar sofridos posseiros ou parceiros, que lutam lavrando a terra e produzindo alimentos para suprir o povo.

Há pouco tempo, dois colonos foram algemados pela Polícia de Jy Paraná e conduzidos para o Muqui e depois transportados para a sede daquele Município e só foram soltos com a interferência do advogado Agenor Martins de Carvalho.

Faz menos de um mês que na Fazenda do Sr. José Milton, ainda na área do Muqui, um posseiro foi morto e sangrado por jagunços, no maior requinte de perversidade, que fere frontalmente os nossos sentimentos de humanidade.

Casos têm acontecido ali que, contados, poucos acreditam, e ficam na impunidade. Quem quiser ter certeza do que falo, faça uma criteriosa sindicância, não se misturando com aqueles potentados ou participando de suculentos churrascos, tão comuns para o domínio dos homens fracos ou que não podem ouvir o tinir da moeda.

Na região de Presidente Médici, não está com um mês que o Sr. Afonso Delfino, que mora em frente ao portão que dá entrada para o Muqui, altas horas da noite, foi desligar o motor de luz quando recebeu dois tiros, por motivo de terras. O INCRA deu direito para ele, mas pessoas ligadas ao Senhor José Milton também tiveram esses direitos. Um homem como o Sr. Afonso, que tem comércio e beneficia o povo daquela área, tem máquina de arroz e serra, se encontra no hospital, vítima de dois tiros. Graças a Deus, está fora de perigo. Entrei com uma indicação pedindo uma subdelegacia para Presidente Médici, há mais de um ano, porque não existe sequer um policial. O último delegado que por ali passou está com mais de um ano; o mesmo pagava propina para bater nos que chegavam presos, como houve vários casos, e a situação é gravíssima. Existem dezenas de crimes e não se sabe se foram abertos inquéritos. Este posseiro foi morto e sangrado naquela região. Quando procuraram o Delegado de Jy Paraná para tomar conhecimento do fato, ele disse que não ia ficar só nisso. Foi o que falou para os colonos.

E, ao mesmo tempo em que peço uma subdelegacia, fico temeroso, porque os delegados que passam por lá é que massacram. Vai um policial, prende. Ao invés de levar à Delegacia de Polícia, leva primeiro à sede do Muqui. É uma situação crítica. Esses policiais, ao invés de fazerem justiça, só fazem injustiças."

Com relação ao jaguncismo de Muqui, até quando a Secretaria de Segurança permanecerá indiferente?

— A população de Nova Vida denuncia o conluio do delegado de Ariquemes com o grupo Nova Vida, com quem anda participando de churrascos, juntamente com funcionários do INCRA. Talvez por essas e outras é que os criminosos, autores do fuzilamento dos colonos, conforme denunciou a imprensa, permanecem livres... Até quando?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (ARENA — PE), pronuncia o seguinte discurso:

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governador de Pernambuco, Marco Maciel, demonstra, mais uma vez, seu grande tino administrativo e o interesse de resolver os problemas do nosso Estado. Acaba de apresentar proposta ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, no sentido da inclusão de mais oito cidades de Pernambuco no POLO MÉDIO — Programa de Investimentos Urbanos para Cidades de Porte Médio, com o objetivo de dotá-las de infra-estrutura suficiente para fixar o homem no seu *habitat*, com condições de suportar o crescimento demográfico futuro, sempre acentuado no País, principalmente no interior, e de dinamizar as atividades produtivas.

Foram selecionadas, obedecendo a diversos critérios e prioridades, as cidades de Araripina, Arcoverde, Goiana, Limoeiro, Palmares, Pesqueira, Serra Talhada (minha terra) e Timbaúba.

Obedecendo a um esquema global, serão implantados em cada cidade, logicamente que levando-se em consideração as peculiaridades específicas, os seguintes projetos: modernização administrativa, plano diretor de drenagem, cursos de treinamento para servidores, melhoria do sistema viário básico, galerias de áreas pluviais, urbanização de áreas invadidas, horto florestal, área de recreação, mercado de abastecimento, manutenção de equipes técnicas, projetos executivos do plano diretor, equipamentos de limpeza urbana, sistema viário de distrito industrial, biblioteca municipal, terminal rodoviário, delegacias regionais de polícia e sistema de drenagem.

No caso específico de Serra Talhada, que já possui alguns desses projetos, gostaríamos de solicitar prioritariamente a construção de um aeroporto e a instalação de um sistema telefônico DDD e DDI, sem prejuízo de outras obras que serão realizadas.

Os recursos para a execução desse programa serão alocados da União, do Governo do Estado e dos próprios municípios.

Nós, que sempre batalhamos pela inclusão de Serra Talhada no POLO MÉDIO, inclusive com reivindicações sucessivas à FIAM — Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, recebendo a melhor acolhida, principalmente do atual Diretor-Geral, Dr. Aluísio Sales Júnior, queremos nos congratular com os nossos conterrâneos, bem como com o povo das demais comunas que serão incluídas no programa. Assim procedemos e continuamos a fazê-lo, desde que, devido à grande concentração de recursos nas mãos do Poder Central, os Estados e Municípios não dispõem de condições de realizar as obras necessárias ao seu maior desenvolvimento, principalmente as cidades de médio porte.

Outrossim, solicitaríamos ao dinâmico e eficiente Diretor-Geral do FIAM que, numa etapa posterior, estudasse também a possibilidade de pedir a inclusão de outras cidades de nosso Estado no POLO MÉDIO, como sejam: Afogados da Ingazeira, Sertânia, São José do Egito, Cabrobó, Ouricuri etc.

Aproveitamos a oportunidade, ainda, para nos congratular com o Governador Marco Maciel pelas medidas tomadas, na certeza de que atendem aos mais altos interesses de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rossi.

O SR. FRANCISCO ROSSI (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, meu pronunciamento é no sentido de homenagear a Sociedade Recreativa Cobraseixos, fundada em 15-7-1947, e que está comemorando os seus 32 anos de fundação.

Nos idos de 1947, idealistas como Ludwig Forster, Augusto Paulo Pinto, Renato Foltran, José de Oliveira, João Tavares Friestino, Rubens Capp, Albertino de Souza e outros, se reuniram e fundaram a Associação Atlética Cobrasma, ao mesmo tempo em que elegeram seu primeiro Presidente, Ludwig Forster. Com Forster (gestão 1947/1951), Renato Foltran (1951/1953), Albertino de Souza Oliva (1953/1957), Adhejalma da Rocha Paris (1958/1962) e Ibe de Araújo (1962/1964), realizaram-se campanhas relativas à formação do quadro de associados e, paralelamente, foram surgindo importantes obras do Clube, onde hoje se encontram o restaurante e o prédio da administração da Cobrasma S/A. Ali surgiram quadras de basquetebol, campos de futebol e de malha, ringue de box e canchas de bocha, conglomerado este

que acabou por transformar a A.A. Cobrasma no maior centro poli-esportivo da região. Eram também memoráveis as festividades realizadas naquela época. A participação dos associados e seus familiares foi sempre maciça nas reuniões juninas, nos espetáculos circenses e teatrais, nas rodas de violeiros e na festa de Natal. Já em 1964, a Cobrasma teve necessidade das áreas ocupadas pela Associação Atlética Cobrasma para ampliação e cedeu, então, um novo local para transferência da sede social. Foi também neste mesmo ano que a A.A. Cobrasma se fundiu ao Esporte Clube Braseixos, resultando dessa união a Sociedade Recreativa Cobraseixos. Michael Paul Zeitlin foi seu primeiro Presidente (1964/1966), e passou desde logo às providências de organização da nova entidade. Em 1966, é eleito Presidente Renato Pacheco Mattos. Em sua administração (1966/1970), a Cobraseixos adquiriu o ginásio de esportes, campo de malha, *play ground* etc. Para cumprir a gestão seguinte (1970/1974), foi feito Presidente Alberto Martinez que, dando continuidade ao trabalho de seu antecessor, iniciou e concluiu as obras da piscina. Substituído por Fernando Albuquerque Vaz (1974/1978), as realizações tiveram continuidade. Construído o salão nobre, várias áreas do terreno próprio foram arborizadas, tendo sido implantados diversos melhoramentos. Hoje, a Sociedade Recreativa Cobraseixos é dirigida pelo Engenheiro Domingos Modaffore. De abril de 1978 para cá destacadas ampliações e mudanças aconteceram, como a nova fachada do ginásio de esportes, sanitários modernos, conservação do patrimônio, aquisição de mais um terreno e terraplenagem de local para construção futura de ampla ala social, com quadras, restaurante, salas de aulas, secretaria, administração, diretoria, tesouraria e auditório completo para convenções e reuniões. Do lado esportivo-recreativo os sociais e seus dependentes começaram a frequentar aulas de natação, condicionamento físico, yoga, ginástica, *jazz* e *ballet*. Para as crianças, além dessas, foram incrementadas escolas de handebol, futebol de salão, basquete, vôlei e tênis de campo. Dos associados cadastrados em julho de 79 (exclusivamente funcionários das Empresas Cobrasma S/A, Braseixos S/A, Braspressas S/A, Fornasa S/A e Fundação Alcides Vidigal), incluindo familiares, pelo menos 80% participaram dessas atividades. O Departamento Social montou em outubro de 1978 uma das maiores discotecas do Brasil. O espaço é suficiente para abrigar 3.500 pessoas em ambiente familiar e de plena segurança. No âmbito cultural a entidade desenvolveu apresentações de corais, grupos teatrais compostos por funcionários, realizando, ainda, o 1º Festival Interno da Canção. A atual Diretoria está assim constituída: Presidente, Engº Domingos Modaffore; Vice-Presidente, Dr. Hélio Lourenço Cagno; Diretor-Secretário, Raul Itaete Calasans; Diretor 2º-Secretário, José Antonio Franzzolla; Diretor-Tesoureiro, Laudelino Baptista da Rocha Netto; Diretor 2º-Tesoureiro, João Alfredo Dufner; Diretor-Social, Carlos Roberto Seicentos; Diretor de Esportes, Dr. Osmar Monteiro; Diretor do Departamento de Cultura e Publicidade, Adamir de Arruda; Diretor do Departamento Jurídico, Advogado Antônio César Júnior, e Diretor-Adjunto, José Carlos Portes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcello Cerqueira.

O SR. MARCELLO CERQUEIRA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, a política informática, no Brasil, deve ser analisada sob duplo aspecto: 1) a imperiosa necessidade de gradativa nacionalização do setor, com a ampliação e o desenvolvimento da pesquisa tecnológica a nível interno, gerando novos estímulos ao mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, corrigindo perigosas distorções no balanço de pagamentos; e 2) a tendência de utilização, em escala crescente, da computação eletrônica para controle dos cidadãos, engendrando diabólico aparelho de repressão, especialmente nas áreas política, artístico-cultural e universitária.

Sob o primeiro aspecto, o problema comporta uma série de observações. Estudo do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, realizado em fins de 1975, revelava, por exemplo, que o mercado brasileiro para computadores, equipamentos periféricos e componentes eletrônicos, dois anos depois, ultrapassaria a 300 milhões de dólares (algo como 7,5 bilhões de cruzeiros). Estimativas recentes, publicadas na revista *Business Week*, indicam que a terça parte desses recursos seria proveniente da venda de minicomputadores, quase que exclusivamente de procedência norte-americana.

Segundo dados da Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE), havia no País, em junho de 1977, cerca de 6 mil computadores. Dois terços desse total estariam na faixa dos minicomputadores.

Ainda mais: em 1974, antes da vigência do decreto que impôs restrições às importações, as empresas estrangeiras que operam no setor eletrônico importaram nada menos de 860 milhões de dólares. Suas exportações, no entan-

to, mal chegaram a 240 milhões de dólares. Assim, sob a proteção de leis dúbias e complacentes, contribuíram para um *deficit*, em termos de comércio exterior, da ordem de 620 milhões de dólares. Do valor importado, perto de 500 milhões de dólares foram absorvidos por peças e componentes, indicando, de forma palmar, o caráter "montador" (e não produtor) desses conglomerados multinacionais.

Importa assinalar que apenas dois grupos que operam na área da computação (IBM e Burroughs) importaram, nesse mesmo ano, aproximadamente 120 milhões de dólares, número que duplicaria em 1976.

As despesas globais com o setor, contudo, foram superlativamente maiores: ano passado equivaleram a 2 bilhões de dólares.

Os dados, longe de comprovar quaisquer vantagens ou benefícios palpáveis à economia nacional, demonstram à farta o caráter nocivo e predatório que o capital estrangeiro, no campo da informática, tem causado ao País.

Mesmo quando os grupos multinacionais instalam unidades de produção no Brasil, alegando um esforço de transferência de tecnologia, os dividendos colhidos são escassos e discutíveis. Há poucas exigências de mão-de-obra qualificada. Ademais, as funções de gerenciamento e vendas, já existentes, independem da instalação da fábrica. Ora, esse tipo de estratégia é vantajoso para a empresa, porque opera com força de trabalho de baixa remuneração e não encontrará quaisquer dificuldades para deslocar sua base de operação de um país para outro. Em consequência, o poder de barganha da nação hospedeira é reduzidíssimo e, mais grave ainda, não ocorre a decantada transferência de tecnologia.

Em contrapartida, o País sofre prejuízos incalculáveis, desde a ampliação da dependência externa até à transferência ilimitada de lucros, dividendos, *royalties*, assistência técnica e outras formas dissimuladas (sub e superfaturamento) de remessas para o exterior.

De resto, a predominância de empresas alienígenas no setor da computação eletrônica invalida e represa o esforço brasileiro no sentido de desenvolver a pesquisa tecnológica a nível interno, criando diques irremovíveis à ampliação do mercado de trabalho e à consolidação da própria comunidade científica. Isso sem falar na grave sangria provocada nas relações internacionais de trocas e no desequilíbrio crônico do balanço de pagamentos.

Não menos séria é a situação sob o ângulo da utilização da informática no controle da população. Na medida em que o sistema foi ampliado e aperfeiçoado, o Brasil repetirá, talvez com dimensões mais constrangedoras, o condenável processo vigente na Alemanha Ocidental, onde cientistas, políticos, artistas, estudantes, empresários liberais e até turistas, sem falar nos criminosos comuns, vêm sendo sistematicamente catalogados e policiados por computadores eletrônicos.

Aliás, a memória nacional ainda não esqueceu as humilhações e os constrangimentos a que foi submetido recentemente o professor Darcy Ribeiro, ex-Ministro da Educação e ex-Chefe da Casa Civil do governo João Goulart, que, figurando na "lista negra" que o computador revelou, foi impedido duas vezes de embarcar para o exterior, embora seu passaporte tivesse percorrido todos os incriveis trâmites burocráticos e por estes caminhos de sombra liberados. Da última vez, Darcy foi compelido a passar a noite na polícia federal, porque nenhuma autoridade sabia o que fazer com o professor. Dou testemunho, porque na qualidade de seu advogado acompanhei-o nos subúrbios do autoritarismo.

A ciência e a tecnologia devem estar a serviço do homem e não contra os valores fundamentais que o fazem livre e senhor de seu destino.

Cada vez mais repressivo no campo institucional, esse regime persiste em sofisticar o aparelho policial, conferindo-lhe instrumentos diabólicos para controlar e infernizar ainda mais a penosa vida do povo brasileiro.

Agora, uma comissão diretamente subordinada à Presidência da República e integrada por representantes do SNI, EMFA, CSN, Itamaraty e SEPLAN, estuda sugestões e diretrizes para a implantação de uma Política Nacional de Informática. Todo o cuidado é pouco. Mais uma vez o equacionamento de políticos que envolvem interesses da sociedade como um todo é entregue, basicamente, à responsabilidade de órgãos que se preocupam com a informática naquilo que é mais negativo para a sociedade, ou seja, como instrumento de controle e tutela dos cidadãos, e especialistas nas diversas áreas de interesse social prioritário — educação, saúde, comunicações etc. — foram substituídos por militares de diversas patentes na composição da Comissão. Ao Legislativo cabe, neste momento, preparar-se para elaborar os dispositivos legais que resguardem a liberdade dos cidadãos e assegurem o desenvolvimento tecnológico brasileiro, no campo da informática, direcionado ao atendimento dos reais interesses da sociedade brasileira.

E tudo isso reforça a minha convicção de que o centro da luta do povo brasileiro é a questão democrática. E democracia não se constrói com sistemas de computação para vigiar, controlar, policiar e atemorizar a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Horácio Ortiz.

O SR. HORÁCIO ORTIZ (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o CDE, ontem, através de mais uma decisão contraditória, decretou o aumento de 29,41% nos preços da gasolina e do óleo diesel. E perguntamos: por que esse aumento?

Conforme depoimento do Diretor da PETROBRAS, Dr. Carlos Santana, no recente Simpósio sobre Fontes Convencionais e Alternativas de Energia, realizado pela Comissão de Minas e Energia desta Casa, da qual fui relator, o preço da gasolina nas refinarias é, hoje, de dois cruzeiros e cinquenta centavos/litro. O Governo, porém, vende esta gasolina à população pelo preço de dez cruzeiros e vinte centavos (+ 400%). Nestes últimos dois anos, houve um acréscimo de 400% no preço do combustível, praticamente, tendo em vista que o Governo tentou sustar o consumo através da elevação do preço desses derivados. E o plano fracassou, pelo menos no fim confessado, que seria o de conter o consumo da gasolina. O automóvel, hoje, representa *status* do cidadão, e seu dono paga qualquer preço pelo seu uso. Então, depois de três anos de acréscimos absurdos nos preços, sem conseguir a diminuição do consumo, verificamos uma inflação galopante incidente nos transportes coletivos, bem como nos gêneros alimentícios, já que é sabido que 80% de nossos transportes são rodoviários e utilizam combustíveis líquidos: gasolina e óleo diesel.

Agora, o mais grave nisso é que o Governo teima nessa política suicida de acrescentar preços escorchantes a esses derivados, sem perceber que esta é uma grande causa da inflação que está sufocando o País.

Outro sério aspecto do problema é a estrutura de preço desse combustível. No preço de dez cruzeiros e vinte centavos do litro da gasolina estão incluídas, segundo confessa o citado Diretor da PETROBRAS, Dr. Carlos Santana, as seguintes parcelas: 20% — custo do petróleo; 5% — refinação; 19% — subsídio a outros derivados; 4% — cota de previdência; 2% — PIS/PASEP; 18% — fundos diversos (EBTU, etc.); 22% — impostos únicos (Fundo Rodoviário, Fundo Ferroviário, NUCLEBRAS, pesquisas, etc.); 7% — revendedores nos postos; 3% — margem das companhias distribuidoras.

Ora, os Senhores percebem que essa "árvore de natal" decorre do preço de venda. Aliás, os preços tiveram acréscimos fantásticos por serem constituídos de percentagens do valor unitário. Então o Governo descobriu o "maná", ou seja, de um lado não diminuindo a importação do petróleo, por outro lado, criou uma cornucópia inesgotável de dinheiro de que ele dispõe como bem entender.

Quem paga isso tudo? Quem paga é toda a população brasileira, que vê, de uma forma absurda, surgir um novo e escorchantes imposto, o imposto sobre a gasolina, que o Governo extorsivamente está retirando de todos.

Sr. Presidente, este é o ponto fundamental do nosso protesto contra o acréscimo no preço da gasolina.

Queremos também dizer, para terminar, que os fins são excusos. Por que excusos? Porque sabemos que dessas quantias fabulosas, desses bilhões de cruzeiros que estão sendo arrecadados, uma grande parte é dirigida para a REFFSA, para a PETROBRAS, para a NUCLEBRAS e outras calamidades que aí estão usufruindo dessas benesses fabulosas, sem prestar contas a ninguém.

Há semanas toda a imprensa divulga os escândalos da NUCLEN e da NUCLEBRAS, donde o empresariado nacional foi afastado na participação das concorrências. Diariamente são denunciadas concorrências fantasmas e sobrepreços na aquisição de equipamentos, tudo isto numa desmoralização evidente e numa demonstração de negócios excusos que estão grassando no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

E, Sr. Presidente, para pagar todas estas bandalheiras, lamentavelmente, quem está financiando isso é o próprio povo, que tira do seu minguado salário o dinheiro para pagar essa orgia que impera neste Governo.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer constar, aqui, o nosso protesto contra esse acréscimo absolutamente desnecessário, que não irá resolver o problema das nossas escassas divisas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Emenda que hoje está em pauta para ser votada pelo Congresso é das mais humanas que foram apresentadas a esta Casa.

É uma mensagem fraterna, partida de um coração de mulher, de uma parlamentar valorosa, à consciência desta Casa.

Por outro lado, também assina a Emenda — por ser autor de outra, no mesmo sentido — um Senador dos mais ilustres, lutador intímido neste País, um Parlamentar completo, o Senador Nelson Carneiro.

Não sei por que esta Casa, hoje, não está cheia, a ela não compareceram todos os Parlamentares para a votação dessa emenda. A verdade é que, nas nossas campanhas políticas, todos nós, ao abraçarmos os aposentados, lastimamos sua sorte, mas nesta hora exata em que eles mais necessitam do Parlamentar, estamos a faltar com o que prometemos.

Por outro lado, há de se examinar, na Constituição, que a Revolução dá aos ex-Presidentes da República proventos iguais aos daqueles que estão na atividade, mais a correção monetária. Por que, Sr. Presidente, não dá o Governo àqueles que se aposentam uma aposentadoria móvel e integral? As necessidades deles são maiores, quando o custo de vida se eleva assustadoramente, a inflação se anuncia para 60% e o servidor público aposentado está a passar dificuldades, está a sofrer por essa elevação do custo de vida.

Sr. Presidente, como eu disse, não é possível que o Congresso Nacional fique insensível e tranquilo ante a intranquilidade do servidor público. Por isso, dou total apoio a esta emenda.

Quando Governador do Estado do Rio de Janeiro, em 1962, concedi a todos os servidores públicos a aposentadoria móvel e integral. Achei que era um ato justo e humano. Não deixei de pagar, por isto, a todos os que estavam em atividade, com antecedência até de dez dias, sendo o primeiro Governador a fazê-lo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Tem a palavra o nobre Deputado Gilson de Barros, último orador inscrito.

O SR. GILSON DE BARROS (MDB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, o Ministro das Minas e Energia, César Cals, que conseguiu agora colocar o caos no seu Ministério, assinou, há dias, uma portaria cujo efeito prático resulta em que, no Município de Poxoréu, em Mato Grosso, numa área que corresponde a mais de 94 mil hectares ficará reduzida, para os garimpeiros que há mais de 50 anos exploram o garimpo da região, a pouco mais de três mil hectares.

Os Deputados estaduais Márcio Lacerda, Líder de nossa Bancada na Assembleia Legislativa, e Paulo Nogueira, desejam enviar ao Ministro César Cals um recado: os garimpeiros de Poxoréu não abrem mão do seu direito à terra e da exploração do garimpo que lhes pertence até por graça divina. Isto quer dizer que, aconteça o que acontecer lá pelas bandas de Mato Grosso — e principalmente no Município de Poxoréu — há que se responsabilizar a impensada atitude do Ministro das Minas e Energia ao assinar uma portaria cujo objetivo inequivocamente foi de tirar área dos garimpeiros ao tempo em que a grande maioria dessas terras, uma potencialidade mineral, foi entregue às multinacionais, as quais se têm curvado constantemente o governo da ditadura militar brasileira.

Era esta a comunicação que tinha que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1979-CN, referente ao Decreto-lei nº 1.683, de 1979.

Lembra, ainda, aos Srs. Parlamentares que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão solene, a realizar-se amanhã, às 10 horas e 30 minutos, destinada a recepcionar o Presidente da República de Zâmbia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1979, que altera o § 2º do artigo 102 da Constituição Federal, que dispõe sobre os proventos da inatividade, tendo PARECER ORAL, proferido pela Comissão Mista na sessão de 23 de agosto corrente, favorável à Proposta e pela prejudicialidade da de nº 17, de 1979, que com ela tramita.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 23 do corrente, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

A Presidência constatando a inexistência em plenário, de *quorum* constitucional para a apreciação de proposta de emenda à Constituição, adia a votação da matéria para outra oportunidade.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Sr. Deputado Marcondes Gadelha, para uma questão de ordem.

O SR. MARCONDES GADELHA (MDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, considero discutível a ausência de *quorum* neste plenário. Há um número razoável de Srs. Parlamentares presentes à Casa, e, ademais, precisaria que houvesse anuência do plenário para com observação de V. Exª, com o que não concordamos.

Por outro lado, a expressão “visível ausência de *quorum*” não é terminativa. Há inúmeros Parlamentares dispersos pelos gabinetes, os quais certamente acorrerão à votação tão logo esta seja iniciada.

Nós só temos uma possibilidade concreta de saber se realmente existe *quorum*, ou seja, procedermos à chamada.

Peço a V. Exª que submeta a matéria à votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Respondendo a V. Exª, devo informá-lo que, de acordo com as normas regimentais que regulam nossos trabalhos, a verificação de *quorum* só se dá após anunciado o resultado de uma votação feita pelo processo simbólico. Trata-se, portanto, de verificação de votação e não de verificação de presença.

Este último caso não está previsto no Regimento. E não há dúvida nenhuma quanto à inexistência de número para votação da matéria, nem mesmo para continuarmos a sessão, uma vez que não se encontra neste plenário o número de Senadores estabelecido no art. 28 do Regimento Comum.

À vista do exposto, a Presidência, antes de encerrar a sessão, deve dizer a V. Exª que, quando iniciamos nossos trabalhos, anunciamos que se encontram presentes 44 Srs. Senadores e 273 Srs. Deputados, quando a exigência é de 280, no mínimo.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, quero crer que V. Exª está laborando num equívoco. Não pedi verificação de votação. A votação, pelo próprio Regimento, já é nominal. Não estou pedindo verificação de votação, mas que V. Exª proceda à chamada, que é regimental, e, ao longo dela, verificaremos se há realmente insuficiência de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Informo ao nobre Deputado que é evidente que não temos 210 Srs. Deputados nem 34 Srs. Senadores neste plenário.

Mas, se V. Exª concordar, posso suspender a sessão por alguns instantes para que os Srs. Congressistas se desloquem até o plenário.

O SR. MARCONDES GADELHA — Agradeço a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 19 horas e 45 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está reaberta a sessão. Vai-se proceder à chamada, que será feita de norte para o sul.

(Procede-se à chamada.)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM “SIM” OS SRS. DEPUTADOS:

Marcondes Gadelha, Líder do MDB.

Pará

Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Nélcio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Ceará

Evandro Ayres de Moura — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Manoel Gonçalves — MDB.

Rio Grande do Norte

Carlos Alberto — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; José Carlos Vasconcelos — MDB; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Jackson Barreto — MDB; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Elquisson Soares — MDB; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Penedo — ARENA; Roque Aras — MDB; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Celso Peçanha — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; José Frejat — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Marcello Cerqueira — MDB; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Pedro Faria — MDB; Rubem Dourado — MDB; Simão Sessim — ARENA.

Minas Gerais

Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; João Herculino — MDB; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sílvio Abreu Jr. — MDB; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airon Soares — MDB; Antônio Russo — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Benedito Marcílio — MDB; Cardoso Alves — MDB; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Horácio Ortiz — MDB; Jayro Maltoni — MDB; Jorge Paulo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Mário Hato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Iturival Nascimento —

MDB; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA.

Mato Grosso

Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Ruben Figueiró — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Álvaro Dias — MDB; Amadeu Geara — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Maurício Fruct — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Pedro Sampaio — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Arnaldo Schmitt — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Juarez Furta-
do — MDB; Luís Cechinel — MDB; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Cláudio Strassburger — ARENA; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Odacir Klein — MDB; Pedro Ger-
mano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS:

Cantídio Sampaio, Líder da ARENA

Pará

Manoel Ribeiro.

Piauí

Ludgero Raulino.

Paulo Ferraz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Votaram "SIM" 175 Srs. Deputados e "NÃO" 4. Não houve *quorum*. Fica adiada a votação da matéria.

O Sr. Deputado Jayro Maltoni, encaminhou à Mesa, declaração de voto para ser publicada na forma regimental.

S. Ex^a será atendido.

É a seguinte a declaração de voto encaminhada à Mesa:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto favoravelmente, porque o nosso posicionamento como Deputado da Oposição é aprovar benefícios ao Povo brasileiro. Todavia a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1979, estabelece uma odiosa desigualdade social entre aqueles que compõem a máquina administrativa da Administração Pública.

Seria humano se a proposição alterasse a expressão "funcionário" por "servidor", pois que atualmente o maior número que compõe as máquinas administrativas dos Estados, da União e dos municípios é regido pela CLT e estes servidores não serão beneficiados pela proposição que estamos votando.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 1979. — Deputado Jayro Maltoni.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão, às 20 horas e 25 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00